



Pedimos sua atenção para os seguintes aspectos:

- 1. A apresentação das respostas deste questionário é de caráter institucional obrigatório, da parte desta municipalidade, à vista do disposto no art. 35 da Instrução Normativa N. TC-020/2015, com as alterações contidas na Instrução Normativa N. TC-024/2016; 2. Como se trata de um questionário extenso, lembre-se de gravar o seu progresso num intervalo máximo de 60 minutos, por meio do botão "Retornar mais tarde", para não haver perda de informação.**
- 3. Após completar todo o preenchimento, clique no botão Enviar.**
- 4. Recomenda-se o uso dos navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox para responder o questionário.**
- 5. O prazo para devolução eletrônica deste questionário, devidamente preenchido, é de até 31/07/2022.**
- 6. Para eventuais dúvidas, mantenha contato através do e-mail iegm@tcsc.tc.br ou pelo telefone (48) 3221-3851.**
- 7. Dependendo de sua resposta em algumas questões, será necessário anexar a seguinte documentação:**



Seção A: Quesitos i-Educ - IEGM Nacional

- 12. Questão excluída
- 13. Questão excluída
- 16. Questão excluída
- 22. Questão excluída
- 23. Questão excluída
- 24. Questão excluída
- 25. Questão excluída
- 26. Questão excluída
- 28. Questão excluída
- 29. Questão excluída
- 31. Questão excluída
- 32. Questão excluída
- 33. Questão excluída
- 34. Questão excluída
- 35. Questão excluída
- 41. Questão excluída
- 44. Questão excluída
- 47. Questão excluída
- 48. Questão excluída
- 49. Questão excluída
- 50. Questão excluída
- 51. Questão excluída
- 52. Questão excluída
- 53. Questão excluída
- 54. Questão excluída
- 55. Questão excluída
- 56. Questão excluída
- 57. Questão excluída
- 58. Questão excluída
- 59. Questão excluída

A1. digite o ano referência em Logic > Equation

A2. Dados do responsável pelo preenchimento do questionário: Campo obrigatório:

Nome	P	a	t	r	í	c	i	a	A	
email	a	s	s	e	s	s	o	r	i	a
Cargo	A	s	s	e	s	s	o	r	a	
Telefone	4	8	3	4	3	1	3	5	9	0



A3. 1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

Obs.: Ações e medidas documentadas com os resultados obtidos com a ação. Apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.

Responda "Sim", caso o município participe do Programa APOIA, do MPSC, dentre outros.

Assunto abordado na Meta 2 do PNE. Lei nº 13.005/2014. "Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE." Esperam-se ações e medidas documentadas, norteadas por um plano que envolva família, professores, diretores e conselho tutelar. Quesito tem como base as boas práticas do controle de abandono e evasão escolar, auxiliando no atingimento da meta nº 2 do PNE. Essas boas práticas são baseadas na legislação abaixo: LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinqüenta por cento do percentual permitido em lei. Lei nº 8.069/90 Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; A meta 4.1 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é "Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes."

Sim

Não

A4. 1.1 Informe as ações e medidas realizadas:

O município participa do programa APOIA, onde as unidades de ensino são orientadas a registrarem todos os encaminhamentos sobre a infrequência realizados durante a busca ativa. Em 2021, o município também iniciou os estudos e formação de equipe e, agora em 2022, está em fase de implantação do Sistema Busca Ativa da UNDIME/UNICEF para auxiliar na coleta das informações que são registradas no APOIA e melhorar a intersetorialidade.

A5. 1.2 Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos.

Dificuldade de acesso à escola:	0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
Desinteresse:	0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
Necessidade de trabalhar:	0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros motivos:	5	.	0	0	0	0	0	0	0	0



A6. 2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2021?Obs.: O levantamento deve abranger a quantidade de demanda de todas as crianças do município, na faixa etária de 0 a 3 anos.

Assunto abordado na Meta 1 do PNE. Lei nº 13.005/2014. Meta 1: "ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE". A estratégia 1.3 aborda a realização periódica do levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. A meta 4.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é "Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário."

Sim

Não

A7. 2.1 Descreva a pesquisa/estudo:

Todos os dados de procura por vagas foram registrados no decorrer do ano e publicados na página principal da prefeitura, indicando as vagas ocupadas e a lista de espera. Além disso, o município de Içara utilizou-se do Sistema da empresa Portabilis para realizar a pré-reserva de vaga de forma on line ainda no ano corrente (pré matrícula digital), com o objetivo de planejar de forma mais eficaz a distribuição das turmas. Ainda foi utilizado um levantamento de dados populacionais por faixa etária, incluindo gestantes, fornecido pela secretaria de saúde para nortear principalmente o levantamento de vagas para bercário no município. (arquivo: prints do site de consultas por vagas - documento emitido por meio de consulta do site - levantamento por faixa etária)

A8. 2.2 Número de crianças matriculadas na creche:

6	5	1	.	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

A9. 2.3 Número de crianças de 0 a 3 anos não atendidas:

2	0	0	.	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

A10. 3.A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2021?

Obs.: O levantamento deve abranger a quantidade de demanda de todas as crianças do município, na faixa etária de 4 a 5 anos.

Assunto abordado na Meta 1 do PNE. Lei nº 13.005/2014. Meta 1: "universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade" A meta 4.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é "Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário." De acordo com a LDB, o Estado deve garantir: "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade"

Sim

Não

A11. 3.1 Descreva a pesquisa/estudo:

Utilizou dos mesmos critérios para levantamento de vagas para a creche: Dados da procura por vagas registrados e publicados na página principal da prefeitura durante o ano, indicando as vagas ocupadas e lista de espera. Além disso, Içara utilizou-se do Sistema da empresa Portabilis para realizada pré-reserva de vaga on line ainda no ano corrente (pré matrícula digital). Ainda foi utilizado levantamento de dados populacionais fornecido pela secretaria de saúde.

A12. 3.2 Número de crianças matriculadas na pré-escola:

1	8	1	9	.	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---



Nota do município na última avaliação:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Meta do município na última avaliação:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

A22. 8.O município possui o Plano Municipal de Educação?

Conforme a Constituição Federal Art. 214º e Plano Nacional Educação Lei nº 13.005/14 Art. 8º, o Plano Municipal de Educação deveria ser elaborado até Julho/2015.

Sim Não **A23. 9.Todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?**

Este assunto também é abordado no PNE – Plano Nacional de Educação na Meta 6, estratégia de institucionalizar e manter laboratórios, inclusive de informática. A qualidade da infraestrutura escolar influencia de maneira significativa a aprendizagem dos alunos latino-americanos e caribenhos, de acordo com um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre as deficiências das escolas da região (Infraestructura Escolar y Aprendizajes en la Educación Básica Latinoamericana: Un análisis a partir del SERCE), realizado em 2006. Os estudos concluíram que a melhoria da infraestrutura das escolas mais deficientes, acrescentando, por exemplo, uma biblioteca, um laboratório de ciências ou uma sala de informática, ajudaria a reduzir a defasagem acadêmica em relação às escolas mais bem equipadas.

Para mais informações, ver Parecer CNE/CEB nº 08/10.

Sim Não **A24. 9.1.Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município?**

Obs. Quantidade de computadores em funcionamento = total de computadores destinados aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em todas as escolas do município.

5	7	0	.	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---



A25. 10. Sobre a infraestrutura das escolas do Fundamental (1º ao 5º ano), informe:

A CF prevê em seu artigo 227, que o Estado deve criar programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 com vigência desde 02/01/2016 trata da acessibilidade da pessoa com deficiência. ""Art. 3o Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;"" Este assunto também é abordado no PNE – Plano Nacional de Educação na Meta 4, universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. A meta 4.5 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é ""Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade."" Sendo que a meta 4.a é ""Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.""

Quanto às quadras poliesportivas, o assunto é abordado no PNE - Plano Nacional de Educação na Meta 6, estratégia de institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas.

Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):	5	.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):	3	.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

A26. 11. Sobre infraestrutura e reparos nas unidades de ensino da creche ao 5º ano do Ensino Fundamental, responda:

11.1. Em dezembro de 2021, quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.)?:

A meta 4.a do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável é "Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Não possui registro

Quantidade:

Quantidade:

37

A27. 11.2. Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura, no ano de 2021?

Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).

Não possui registro



Quantidade:

Quantidade:

0

A28. 14.O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?

Sim

Não

A29. 14.1. Em quais meios ou locais os cardápios são divulgados?

Próximo ao refeitório/cozinha, em local visível aos alunos

Grupos de WhatsApp (ou similar) da escola com pais e alunos

Redes sociais da Prefeitura (Facebook, Instagram, etc)

Site oficial da Prefeitura

Outros meios (descreva):

Outros meios (descreva):

Reuniões de pais e outros locais, como a secretaria da escola, por exemplo.

A30. 14.2. Informe o nome e respectivo CRN do(s) profissional(is) de nutrição que atuaram em 2021 no estabelecimento dos cardápios da alimentação escolar:Nutricionista nº 1

Caso haja mais de três profissionais, insira apenas os dados dos três nutricionistas mais antigos.

Nome do Profissional C a r o l i n a D

Número Registro CRN 0 7 6 2

A31. 14.2. Informe o nome e respectivo CRN do(s) profissional(is) de nutrição que atuaram em 2021 no estabelecimento dos cardápios da alimentação escolar:Nutricionista nº 2

Caso haja mais de três profissionais, insira apenas os dados dos três nutricionistas mais antigos.

Nome do Profissional R u b i a C u n h

Número Registro CRN 0 7 4 9



A32. 14.2. Informe o nome e respectivo CRN do(s) profissional(is) de nutrição que atuaram em 2021 no estabelecimento dos cardápios da alimentação escolar: Nutricionista nº 3

Caso haja mais de três profissionais, insira apenas os dados dos três nutricionistas mais antigos.

Nome do Profissional

Número Registro CRN

A33. 15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?

Obs.: O estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar é obrigatório inclusive no caso em que o transporte escolar é realizado por empresas de transporte coletivo, mediante distribuição do vale/passe escolar aos alunos.

Exemplo de Cálculo da média para 12 rotas existentes Sendo 6 rotas com duração de 50 minutos (ida e volta), calculando 6 rotas x 50 minutos, totaliza 300 minutos Sendo 6 rotas com duração de 80 minutos (ida e volta), calculando 6 rotas x 80 minutos, totaliza 480 minutos Totalizando 780 minutos e dividindo pelas 12 rotas existentes chegaria a uma média de 65 minutos

Sim

Não

A34. 17. Como é feita a preparação da merenda no município?

Cozinha piloto própria

Nas escolas (que possuem merendeiras próprias)

Terceirizada

A35. 18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?

SIM, semanalmente

SIM, mensalmente

NÃO

A36. 19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?

Sim

Não



A37. 20.O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?

Sim
Não

A38. 20.1.Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2021?

A Lei nº 11.947/09 estabelece que é competência do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos. Além disso, o CAE deve acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no art. 2º desta mesma lei. "Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar: I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada; V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. ""

1	8	.	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

A39.

21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?

Obs.: Não considerar treinamentos voltados para os professores, como, por exemplo o Programa Ler e Escrever.

Obs.: Não considerar treinamentos voltados para os professores.

Sim
Não

A40.

27. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

Obs. Todos os dias de ausência de professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2021 (justificadas ou injustificadas)

Obs. Todos os dias de ausência de professores efetivos e dos admitidos em caráter temporário dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano (justificadas ou injustificadas)

Sim
Não



A41. 30. O Conselho Municipal de Educação é atuante e demonstra eficácia do controle social?

Instituir um conselho municipal de Educação não é obrigatório por lei. No entanto, deve-se ressaltar que a existência do conselho municipal de Educação como instituição encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 e na Lei 10.172 de 09/01/01, sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). A Meta 19 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/14) é assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Sua estratégia 5 é estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

Sim

Não

A42. 30.1 Qual o número de irregularidades apontadas pelo Conselho Municipal de Educação?

Informe no mínimo 0 (zero).

3	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

A43. 30.2 Quantas irregularidades foram solucionadas?

Informe no mínimo 0 (zero).

3	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

A44. 36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda:

Obs.: Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta deve ser contada apenas uma vez, no valor referente a escolas com biblioteca.

Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário (bacharel em biblioteconomia).

Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas?

0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?

6	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

A45. 37.Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?

A Constituição Federal, em seu artigo 208, determina que o dever do Estado com a educação é efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). Ademais, a Lei nº 9.394/96 considera como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

SIM - data de entrega ANTES OU IGUAL à data de início das aulas

SIM - data de entrega ATÉ 14 dias após o início das aulas

SIM - data de entrega 15 DIAS OU MAIS após início das aulas

NÃO



A56. 60. Quantos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente em 2021?

Informe um número inteiro maior ou igual a 0 (zero).

"De acordo com o Decreto nº 56.819/2011, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) é o documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio, previstas pela legislação e constantes no processo, estabelecendo um período de revalidação. Este documento possui prazo de validade pré-determinado de acordo com a regulamentação do Corpo de Bombeiros. Decreto nº 56.819/2011. "Artigo 10 - O AVCB será expedido pelo Corpo de Bombeiros, desde que as edificações e as áreas de risco estejam com suas medidas de segurança contra incêndio executadas de acordo com a regulamentação do CBPMESP." A Lei nº 6.437/77 determina que os estabelecimentos da Administração Pública ou por ela instituídos, ficam sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas da legislação sanitária federal. A meta 4.a do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é "Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos. Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos."

3	6	.	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

A57. 61. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2021:

"O Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010 estipula em seu art. 4.2.2., que a relação adequada de alunos por turma para que permita uma aprendizagem de qualidade é:

Creche = 13 crianças por turma Pré-escola = 22 crianças por turma Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) = 24 alunos por turma"

Até 24 alunos (1):

8	8	.	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

De 25 a 30 alunos (2):

2	6	.	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

De 31 a 33 alunos (3):

0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Acima de 33 alunos (4):

0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

A58. 62. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), em 2021, cujo espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era:

O Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010 estipula em seu art. 4.3.3., as características do prédio para abrigar a oferta de uma escola de Ensino Fundamental - Anos Iniciais. A Tabela 21 define que as salas de aula deveriam ter 45m2. Como a relação adequada de alunos por turma para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) é de 24 alunos por turma, a relação área da sala pelo nº de alunos é superior a 1,875 m2.

Superior ou igual a 1,875 m²:

9	6	.	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Superior ou igual a 1,20 e inferior a 1,875 m²:

1	8	.	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Superior ou igual a 1,00 e inferior a 1,20 m²:

0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Inferior a 1,00 m²:

0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---



A59. 63. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB vem cumprindo as atribuições de sua competência?

Conforme rege a Lei nº 11.494/07 (que regulamenta o FUNDEB), art. 24: "O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim." Aos conselhos incumbe, ainda, supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos. Aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

SIM Parcialmente Não

A60. 64. O Conselho de Alimentação Escolar vem cumprindo as atribuições de sua competência?

A Lei nº 11.947/07, art. 18, determina as competência do CAE: - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2o desta Lei; - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa

SIM Parcialmente Não

Seção B: Quesitos i-Educ - Questões específicas de Santa Catarina

SC.1. Questão não aplicável a seu Município.

B1. Considerando sua resposta à questão 14, informe o nome e respectivo CRN do(s) profissional(is) de nutrição que atuaram em 2021 no estabelecimento dos cardápios da alimentação escolar: Nutricionista nº 1

Caso haja mais de três profissionais, insira apenas os dados dos três nutricionistas mais antigos.

Nome do Profissional C a r o l i n a D

Número Registro CRN 0 7 6 2

B2. Considerando sua resposta à questão 14, informe o nome e respectivo CRN do(s) profissional(is) de nutrição que atuaram em 2021 no estabelecimento dos cardápios da alimentação escolar: Nutricionista nº 2

Caso haja mais de três profissionais, insira apenas os dados dos três nutricionistas mais antigos.

Nome do Profissional R u b i a C u n h

Número Registro CRN 0 7 4 9

B3. Considerando sua resposta à questão 14, informe o nome e respectivo CRN do(s) profissional(is) de nutrição que atuaram em 2021 no estabelecimento dos cardápios da alimentação escolar: Nutricionista nº 3

Caso haja mais de três profissionais, insira apenas os dados dos três nutricionistas mais antigos.

Nome do Profissional

**B10. SC.2.1. Descreva brevemente como é realizado o atendimento especializado.**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de educação especial regulamentado por lei. Ele é responsável pelo planejamento e pela execução de recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar obstáculos para a participação efetiva de estudantes, considerando suas necessidades específicas. AEE foi criado para atender o público-alvo da Educação especial, que são os estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. Ele é um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes, os atendimentos são realizados no contra turno, quando os professores do AEE precisam ir até a escola para observar e acompanhar os estudantes os mesmos vão até as salas de aula no mesmo turno que o estudante está. Temos também o PDI que é o plano de desenvolvimento individualizado, este plano é feito para cada estudante atendido.

B11. SC.3. O Município possui legislação disciplinando a escolha de diretores e diretoras de escolas conforme critérios técnicos de mérito e desempenho e consulta à comunidade escolar?Não

Sim. Informe o número da lei:

Sim. Informe o número da lei:

B12. 2.6578947368421**B13. NAN****B14. O Secretário Municipal da Educação está ciente das respostas preenchidas neste questionário?**Não

Sou o Secretário Municipal de Educação

Sim (informe o nome do Secretário e a data em que foi dada ciência):

Sim (informe o nome do Secretário e a data em que foi dada ciência):

Rose Margareth Reynaud Mayr, ciente em 29/07/2022

Seção C: Cumprimento do art. 26-A da LDBEN**C1. 1. A Secretaria Municipal de Educação, no ano letivo de 2021, executou o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, conforme previsto no Art. 26-A, da LDBEN, Lei nº 9.394/96?**Sim Não



C2. 2. Assinale se os órgãos a seguir criaram alguma normativa, vigente em 2021, relativa à implementação do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena (art. 26-A, da LDBEN):

	Sim	Não
Executivo Municipal:	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Conselho Municipal da Educação:	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

C3. 3. Nos projetos pedagógicos apresentados pelas escolas, em 2021, conforme o previsto no art. 26-A, da LDBEN, está incluído o ensino de:

	Sim	Não
História e cultura AFRICANA?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
História e cultura AFRO-BRASILEIRA?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
História e cultura INDÍGENA?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

C4. 4. Nos planos de ensino, em 2021, conforme o art. 26-A, da LDBEN, estava incluído o ensino de:

	Sim	Não
História e cultura AFRICANA?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
História e cultura AFRO-BRASILEIRA?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
História e cultura INDÍGENA?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

C5. 5. Dos recursos e verbas orçamentários municipais para a Função Educação, quanto foi destinado especificamente para o cumprimento do art. 26-A, da LDBEN, no exercício de 2021?

Se for inserido o valor R\$ 0,00, a questão 6 será ocultada.

0	.	0	0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

C6. 6. Assinale de que forma foram empregados os valores destinados especificamente para o cumprimento do art. 26-A, da LDBEN, no exercício de 2021:

Compra de material escolar	<input type="checkbox"/>
Elaboração de material didático específico	<input type="checkbox"/>
Formação continuada específica relativa ao tema	<input type="checkbox"/>
Projetos específicos no tema	<input type="checkbox"/>



Outra(s):

Outra(s):

C7. 7. O município, em 2021, ofereceu formação específica para os seus profissionais de educação, em cumprimento ao previsto no art. 26-A, §4º, da LDBEN, e na Base Nacional Comum Curricular - BNCC?

Sim Não

C8. 8. O Município fez parceria com outros órgãos do poder público ou organizações da sociedade civil, visando à aplicação do previsto no art. 26-A, da LDBEN?

Sim Não

C9. 9. O Município vale-se de dados populacionais (socioeconômicos e geográficos, por ex.), referentes às localidades em que se encontram suas instituições de ensino, para fins de desenvolver os seus projetos pedagógicos quanto ao ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena (art. 26-A, da LDBEN)?

Sim Não

Obrigado por sua participação.

Tribunal de Contas de Santa Catarina